

XV° CONGRESO INTERNACIONAL DE ANTROPOLOGÍA IBEROAMERICANA  
"ESTUDIOS SOCIOCULTURALES EN BRASIL Y ESPAÑA"  
Salamanca, 27 a 29 de abril de 2009.

*Mesa: Educação e Integração entre Brasil e Espanha*

**“Ações afirmativas e ensino público no Brasil: o caso das cotas em uma universidade catarinense”**

Telmo Pedro Vieira<sup>1</sup>

Marcos Aurélio da Silva<sup>2</sup>

*Universidade Federal de Santa Catarina*

O presente trabalho é um estudo avaliativo de uma experiência com ações afirmativas no Brasil e em uma universidade pública, mais especificamente o Centro Universitário Municipal de São José, em Santa Catarina, instituição de ensino superior gratuita que reserva 70% de suas vagas a estudantes provindos de escolas públicas. Revendo a longa discussão sobre cotas que se deu no Brasil nos últimos cinco anos, o que dividiu até mesmo a academia brasileira, este artigo pretende rever algumas das principais idéias sobre o sistema de cotas. O referido centro universitário apresentou uma experiência positiva nos quatro anos do projeto, o que não condiz com a ameaça de baixa na qualidade do ensino público superior brasileiro, justificativa do movimento contrário a essa ação afirmativa.

## **1. Uma década de polêmica**

Independente da posição que possamos ocupar quando o assunto é ação afirmativa e reserva de vagas na universidade públicas, uma certeza une os dois lados em oposição: poucas vezes, no Brasil, se discutiu com tanto afinco questões como igualdade, democracia, raça e cultura, mestiçagem e pobreza. O estopim parece estar no chamado sistema de cotas que desde os anos 90 têm feito parte da sociedade brasileira através das ações afirmativas implementadas pelo governo federal. O primeiro passo neste sentido se deu no ano de 1995 com a lei que introduziu uma cota mínima de 20% de candidatas mulheres nas vagas de cada partido<sup>3</sup> (PIOVESAN, 2008:892). O sistema de cotas no ensino começou a ser discutido na mesma época e passou a ter a sua implantação iniciada em algumas universidades públicas no começo da década seguinte.

As ações afirmativas nas universidades públicas foram desde o princípio fonte de muita polêmica. A reserva de vagas a alunos, quer pela cor de sua pele, quer por sua origem social, parecem surgir como ameaça à meritocracia que vigora nessas universidades em que as vagas são distribuídas de acordo com o resultado de cada aluno no vestibular. Se o sistema de cotas pretende significar o reconhecimento das desigualdades que acompanham os candidatos negros e/ou pobres nos caminhos que percorreram até o vestibular, para os contrários à sua implantação ele significaria introduzir na cultura brasileira um racismo que não existiria. E a partir de então, toda uma sorte de discursos veio à tona, sendo uma oportunidade para pensarmos a nação que somos.

O principal argumento, que surgiu dentro das próprias universidades, é o de que o Brasil teria se construído como uma nação mestiça, tolerante à mistura e que a inserção de tal sistema significaria instituir uma divisão racial que nunca teria sido instituída no sistema jurídico brasileiro. A antropóloga Yvonne Maggie, da UERJ, que grande esforço tem despendido em artigos contrários à instituição de cotas, tem se fundamentado na formação brasileira como essencialmente misturada, sem levar em conta a existência de raças, e que as ações afirmativas seriam uma forma de “racialização” das políticas públicas e de nossos costumes:

o Brasil parece querer caminhar para o lado oposto com propostas de políticas com base na “raça”. Como explicar a postura que propõe uma mudança tão radical do estatuto jurídico da Nação brasileira? O que fez com que desde 2001 tenham avançado no País as idéias de um grupo ávido para dividir legalmente os cidadãos brasileiros em negros e brancos para fins de direito? (MAGGIE, 2008:898)

A antropóloga se coloca ao lado de uma tradição presente na academia brasileira desde os anos 30, quando do lançamento do clássico *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, que postulou ali as bases para se pensar o Brasil como um exemplo de nação, em que se conviveria a diversidade racial e cultural sem conflitos<sup>4</sup>. Freyre, por sua vez, tinha sido aluno de Franz Boas na década de 1920 e trouxe as ideias culturalistas de seu mentor para um país que, desde a Semana de Arte Moderna, de 1922, começava a sentir a necessidade de um novo projeto de nação. Até aquele momento, vigorava no Brasil uma política aristocrática que, com auxílio dos pensadores da época<sup>5</sup>, via na mistura de raças a maior fraqueza brasileira e apostava em grandes projetos de imigração de trabalhadores europeus para clarear o Brasil, torná-lo menos negro do que efetivamente era.

As ideias de Freyre ganharam um motor de propulsão com o governo de Getúlio Vargas (1930-1945) que encontrou em suas idéias que positivavam a mistura de raças uma possibilidade de projeto nacional. Trechos do livro eram lidos na recém-criada Rádio Nacional<sup>6</sup>, fazendo com que se tornasse um best-seller na época. Uma ideologia quase mitologia que “relata a epopéia das três raças que se fundem nos laboratórios das selvas tropicais”, e que “conta a origem do moderno Estado brasileiro”, na interpretação de Renato Ortiz, que também afirma, em relação à obra de Freyre:

o livro possui uma qualidade fundamental, ele une a todos: casa-grande e senzala, sobrados e mocambos. Por isso ele é saudado por todas as correntes políticas, da direita à esquerda. (...) Ao retrabalhar a problemática da cultura brasileira, Gilberto Freyre oferece ao Brasil uma carteira de identidade. (ORTIZ, 1985:42)

Se no final do século XIX era impossível se pensar numa nação mestiça como possível economicamente, nos anos 30, um “novo conceito de homem brasileiro” será perseguido. “Qualidades como ‘preguiça’, ‘indolência’, consideradas como inerentes à raça mestiça, são substituídas por uma ideologia do trabalho” (ORTIZ, 1985:42). Não vamos entrar no mérito da questão porque aproveitaremos este espaço para apresentar as vantagens das cotas sociais implantadas em São José (SC) que não se baseiam no critério racial. Mas não podemos deixar de comentar o quanto os argumentos contrários aos sistemas de cotas trazem à tona ideologias já bastante contestadas pelos movimentos sociais como a “democracia racial” brasileira, que sempre foi muito boa para embalar campanhas publicitárias, o carnaval e o futebol, mas que na prática só significaram exclusão para mais da metade de população do país.

Assim como esta ideologia foi construída culturalmente e, quer se queira ou não, também trouxe progressos positivos em termos econômicos, os defensores das cotas acreditam que é hora do país aplicar políticas que revejam esta ideologia que possui mão dupla: ao mesmo tempo em que ofereceu uma possibilidade de convivência da diversidade cultural esvaziou o passado de opressão dos negros, mostrando que o Brasil, nem mesmo na época da escravidão, havia sido um país racista. Por seu turno, os contrários às cotas surgem como defensores do legado de Gilberto Freyre O crítico literário César Braga-Pinto acredita que

a “recuperação” da mestiçagem mantém, na maioria das vezes, a perspectiva eurocêntrica, tendo adquirido desde o tom mais melancólico até o revisionista. Ao que tudo indica, o movimento está relacionado a uma certa crise nos discursos sobre raça, tradicionalmente vinculados à construção da identidade nacional. Paralelamente, a discussão em torno de Gilberto Freyre tem assumido esse mesmo tom nostálgico e melancólico, como se o Brasil estivesse perdendo a própria essência e como se o pensamento de Freyre fosse acima de tudo um patrimônio nacional a ser protegido: os adversários, no caso, seriam o pensamento racista e “politicamente correto” dos Estados Unidos, e a ameaça representada pela

introdução de políticas de cotas ou outras formas de discriminação positiva, em um país onde, conforme teria ensinado Freyre, a consciência de raça é supostamente tênue, se não inexistente. Na tentativa de se proteger ou recuperar o que haveria de mais autêntico no Brasil, uma das tendências mais comuns é enfatizar uma heterogeneidade entre, por um lado, a “mestiçagem” enquanto processo de assimilação associado ao discurso do branqueamento e, por outro, a representação de sujeitos culturalmente mestiços como forma verdadeira de diálogo e tolerância. (BRAGA-PINTO, 2006:281-282)

Uma das instâncias em que este discurso ainda encontra bastante ressonância é com certeza a mídia. Nos dias que se seguiram os ataques de 11 de setembro nos Estados Unidos, a imprensa brasileira não se cansava de exaltar o Brasil como a antítese dos países que vivem conflitos étnicos e raciais, exemplificando com a convivência histórica entre europeus, indígenas, orientais e africanos. Nestes discursos, toda desigualdade parece se restringir à econômica, jamais pensada em termos étnico-raciais. Para Leite,

uma das vantagens de se acreditar no mito das três raças, é não precisar enxergar que os pobres, os não-leturados, os indigentes, a população carcerária do Brasil, correspondem, em sua maioria, aos descendentes dos africanos que chegaram no Brasil como escravos. São esses os filhos dos que durante mais de trezentos anos foram escravizados, torturados e mortos. É só olhar em volta, nem há necessidade de pesquisas, ou estatísticas. (LEITE, 2005:1)

É claro que, nas últimas décadas, o discurso que festeja o Brasil miscigenado começou a encontrar oposição nas produções do movimento negro que denunciam uma cultura brasileira opressora que se disfarça na ideologia de um Brasil mestiço, mulato, moreno. O documentário *A negação do Brasil* (Joel Zito Araújo, 2000) mostrou como a representação dos personagens negros nas telenovelas brasileiras os atrela aos personagens subalternos, serviçais:

Nenhum dos grandes atores negros parece ter escapado do papel de escravo ou serviçal na história da telenovela brasileira, mesmo aqueles que quando chegaram à televisão já tinham um nome solidamente construído no teatro ou no cinema, como Ruth de Souza, Grande Otelo, Milton Gonçalves e Lázaro Ramos. Essa afirmativa pôde ser constatada na pesquisa que fizemos sobre a representação do negro na história da telenovela brasileira, que deu origem ao filme e livro *A negação do Brasil*. (ARAÚJO, 2008:979)

Apenas nos anos 90 a situação começou a ganhar outros contornos, tornando-se mais comum a existência de personagens negros que não fossem serviçais. Essa situação exemplifica a necessidade de ações afirmativas que lidem direto com a autoestima de populações oprimidas. Os exemplos demonstram as marcas deixadas em nossa cultura as políticas escravocratas. Mas reconhecer essa opressão histórica tem sido compreendida, pelos contrários às cotas, como reabrir na sociedade brasileira uma velha ferida, como se os alunos brasileiros estivessem sendo obrigados a se dividir em

negros e brancos (MAGGIE, 2008:906), incitando os primeiros a uma verdadeira revanche ao lhes oferecer o sistema de cotas.

A antropóloga Ilka Boaventura Leita, da Universidade Federal de Santa Catarina, explica que a Constituição Brasileira de 1988, que teve grande participação dos movimentos sociais em sua produção, pressupõe um Brasil pluricultural mas reconhece as desigualdades históricas entre os diversos segmentos sociais e que “superar essas desigualdades, implica na necessária incorporação, no plano jurídico, das experiências históricas dos grupos que participaram da construção do país” (LEITE, 2005:1). Neste sentido, as políticas compensatórias não podem ser classificadas como revanchistas.

Mesmo que não seja nosso objetivo central aqui, cabe questionar por que o problema de se utilizar critérios de raça ou cor no sistema jurídico brasileiro, sendo que desde os anos 50 o país conta com leis como a Afonso Arinos que repudia o preconceito e a discriminação racial? Fato que por si só demonstra que tal critério existe nas relações de fato, nas situações de preconceito e discriminação reais. Por que, quando se instituiu a cota para mulheres nas candidaturas, ninguém se levantou para dizer que seria hora de colocarmos fim à divisão entre homens e mulheres que é tão opressora em nossa cultura? Nessa mesma ocasião, ninguém também propôs que as pessoas deixassem de ter o sexo masculino ou feminino como definidores de suas identidades. Mas agora, sugere-se que negros e pardos não possam levar em consideração a cor de suas peles na construção de suas identidades – “racismo ao contrário”, dizem alguns – e que estas identidades não sejam reconhecidas pelas políticas públicas.

## **2. Desigualdades no Ensino Superior Brasileiro**

Um dos grandes paradoxos da educação no Brasil se refere às discrepâncias na qualidade nos diferentes níveis de ensino. Nos ensinos fundamental e médio (os antigos primeiro e segundo grau), as escolas particulares se destacam como melhor estruturadas, sendo recorrente o caso de famílias que reservam grande parte de seus orçamentos na educação dos filhos. Por sua vez, as escolas públicas são, a grande maioria<sup>7</sup>, uma unanimidade como “vergonha nacional”, sendo uma valiosa moeda em tempos de campanhas eleitorais. Todos são unânimes em defender melhores salários aos

professores e a reestruturação do ensino oferecido – o que, aliás, tem sido o argumento dos contrários às cotas, muitos deles oriundos de escolas privadas.

No ensino superior, a situação é inversa: as melhores universidades do país são federais ou estaduais, e registram os vestibulares mais concorridos. As vagas, é claro, ficam com os mais preparados que realizam seus estudos em escolas particulares e ainda podem participar de cursos pré-vestibulares (UFSC, 2006:2). Os alunos provenientes de escola pública, além de contarem com um déficit educacional, ainda contam com a realidade de precisarem trabalhar mais cedo, o que é também um importante motivo de evasão escolar. “Portanto, o princípio da igualdade formal perante a lei é insuficiente para garantir igualdade real no acesso ao ensino superior público, reconhecidamente de melhor qualidade que o privado” (UFSC, 2006:2).

O compromisso do Brasil com ações afirmativas ganhou força em 2001, quando o país participou da III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, em Durban, na África do Sul. A comitiva brasileira lançou, em nível internacional, o compromisso do Brasil com a implantação do sistema de cotas, não apenas nas universidades, mas também no mercado de trabalho. Mas a mudança tem sido feita no sentido de abranger não apenas os afrodescendentes e a maioria dos projetos começa a incluir também alunos provenientes das escolas públicas. Estudos da Universidade Federal de Santa Catarina demonstraram que o simples aumento de vagas não resolve a falta de espaço para quem vem das escolas públicas, assim como a reserva de vagas a estes não diminui a desigualdade étnico-racial (TRAGTENBERG, BASTOS e PERES, 2006:4). “Em todo país, há cerca de 20% de alunos negros e 80% de brancos sentados nos bancos das universidades” (LEITE, 2005:1).

As primeiras universidades a instituírem o sistema de cotas no Brasil, foram a Universidade de Brasília, com a reserva de 20% das vagas para negros e as duas universidades estaduais do Rio de Janeiro, com um índice de 40% para negros, pardos e indígenas. No rastro delas, outras universidades federais e estaduais deram início ao processo de implantar ações afirmativas no ingresso de novos alunos, antes mesmo de o Congresso Nacional votar uma lei que deverá reservar 50% das vagas das universidades – as públicas e as que recebem ajuda governamental –, sendo que 25% para alunos oriundos do ensino público e os 25% para negros, pardos e indígenas, divididos de acordo com a composição étnica de cada estado. Aliar um sistema baseado em etnias com outro baseado em classes, parece ter sido a solução encontrada pela Universidade

Federal de Santa Catarina que, em 2007, realizou seu primeiro vestibular com o sistema de cotas:

aumentar o número de vagas dos cursos sem reservá-las significa manter a mesma composição socioeconômica e étnico-racial. O resultado mais significativo foi que se fossem reservadas 50% das vagas de todos esses cursos para estudantes do ensino médio público, o percentual médio de estudantes negros da UFSC permaneceria praticamente o mesmo, o que contraria a crença que ao entrarem estudantes de escolas públicas, como os estudantes negros estão na escola pública, eles também entrariam, em percentagem próxima à sua representação na população. (UFSC, 2006:4)

Hoje, praticamente todas as instituições de ensino superior, estadual e federal, possuem projetos e comissões que avaliam a implantação de cotas e a maioria tem buscado critérios mais abrangentes que os étnico-raciais. O problema é que via questão racial, os contrários às cotas estão tentando derrubar o projeto por inteiro buscando justificativas em argumentos baseados numa identidade e cultura nacionais. Cotas apenas raciais ou apenas sociais podem ser injustas, pois assim como há boas escolas públicas ocupadas por alunos de classes baixas – como as Escolas Técnicas Federais que garantem vagas nas universidades públicas –, há também negros, pardos e índios que fazem parte – ainda que em minoria – das classes média e alta, teoricamente em condições de entrarem nas universidades sem a necessidade de cotas.

Mas é aí que entram os sentidos das ações afirmativas que não podem ser pensadas apenas em termos numéricos, pois é claro que elas não vão resolver de uma hora para outra a desigualdade social no Brasil. Porém, no plano imediato, são políticas que atingem e fomentam a autoestima desses segmentos sociais, em que as crianças e os jovens não possuem em seus projetos de vida uma trajetória que contemple a vida universitária. Passam agora a contar com esta possibilidade em seus imaginários. As universidades também ganham um “colorido especial”, já que na visão de alguns pesquisadores:

o impacto das cotas não seria apenas reduzido ao binômio inclusão/exclusão, mas também permitiria o alcance de um objetivo louvável e legítimo no plano acadêmico – que é a riqueza decorrente da diversidade. As cotas fariam com que as universidades brasileiras deixassem de ser territórios brancos, com a crescente inserção de afrodescendentes, com suas crenças e culturas, o que em muito contribuiria para uma formação discente aberta à diversidade e pluralidade. Dados do IPEA revelam que menos de 2% dos estudantes afrodescendentes estão em universidades públicas ou privadas. Isso faz com que as universidades sejam territórios brancos. A universidade é um espaço de poder, já que o diploma pode ser um passaporte para ascensão social. É fundamental democratizar o poder e, para isso, há que se democratizar o acesso ao poder, vale dizer, o acesso ao passaporte universitário. (PIOVESAN, 2008:894)

Outra possibilidade de pensar o assunto é perceber que as ações afirmativas também estão levando em consideração a existência de bons alunos nas escolas públicas que deixam de poder participar dos processos vestibulares por questões financeiras:

Nesse sentido, a política de cotas também se constitui como uma oportunidade para muitos que não entrariam “se não fosse por ela”, ou seja, para aqueles que não estão em condições de frequentar quatro ou cinco semestres de cursinho num regime de estudos e de pressão psicológica que tem como objetivo somente o domínio de conteúdos que serão cobrados nos vestibulares e que, em muitos casos, pouco contribuirão para a formação profissional pretendida. (WELLER e SILVEIRA, 2008:942)

O número de profissionais formados nessas instituições de ensino deverá contar, a partir de agora, com uma parcela significativa de pessoas que estudaram a vida inteira em escola pública, brancos ou negros que dificilmente acreditavam nessa possibilidade, tornam-se exemplos aos seus pares e inscrevem novas possibilidades na vida de uma coletividade. A exclusão de que estamos falando em todo esse debate não é apenas econômica, mas principalmente cultural. “A promoção de diversidade no mundo do trabalho<sup>8</sup> tem como efeito correlato o combate ao racismo pela criação de modelos sociais” (UFSC, 2006:4).

### **3. O caso do USJ e os alunos de escola pública**

Uma ameaça bastante ressaltada em todo o debate das cotas, pelos contrários a elas, é a possibilidade de haver uma baixa na qualidade de ensino oferecido por essas instituições, uma vez que esses alunos trariam deficiências do ensino médio que prejudicariam seu desempenho. Um argumento que parece não considerar que pouco do que é exigido num vestibular tem a ver com o que será efetivamente estudado na vida acadêmica, sem contar o fato de não se tratar da forma de avaliação mais adequada para o ingresso no ensino superior. Pois os exemplos de sistema de cotas implantados no Brasil desmentem essa falácia, segundo o Laboratório de Políticas Públicas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro:

Vivemos numa das sociedades mais injustas do planeta, onde o “mérito acadêmico” é apresentado como o resultado de avaliações objetivas e não contaminadas pela profunda desigualdade social existente. O vestibular está longe de ser uma prova equânime que classifica os alunos segundo sua inteligência. As oportunidades sociais ampliam e multiplicam as oportunidades educacionais. (...) Diversos estudos mostram que, nas universidades onde as cotas foram implementadas, não houve perda da qualidade do ensino. Universidades que adotaram cotas (como a Unb, Unb, UFBA e UERJ) demonstraram que o desempenho acadêmico entre cotistas e não cotistas é o mesmo, não havendo diferenças consideráveis. Por outro lado, como também evidenciam numerosas



pesquisas, o estímulo e a motivação são fundamentais para o bom desempenho acadêmico. (UERJ, 2009:1)

O Centro Universitário Municipal de São José (USJ), fundado em 2005, foi a primeira instituição de ensino superior gratuita no Brasil criada pelo poder público municipal e teve início com um outro grande diferencial: 70% das vagas são destinadas a alunos oriundos de escolas públicas sediadas na cidade. Participamos da reitoria do USJ, desde a concepção da ideia inicial. Uma das principais críticas que sofremos foi do perigo de não conseguirmos construir um ensino de qualidade por conta das cotas. Pois, afirmamos que tal ameaça nunca se concretizou nem no USJ nem na Universidade Federal de Santa Catarina (TRAGTENBERG, BASTOS e PERES, 2006:5), assim como não ocorreu nas instituições brasileiras que adotam as cotas, experiências que passaremos a relatar agora e são bem diferentes das expectativas negativas.

As atividades acadêmicas do USJ tiveram início no segundo semestre letivo de 2005, com a abertura de três cursos de graduação: Pedagogia, Administração e Ciências Contábeis, 40 vagas cada. De imediato, ficou clara a demanda reprimida pela educação superior pública: 2.700 candidatos concorreram a essas 120 vagas, sendo um dos vestibulares mais concorridos da história recente da educação no Estado. A cada semestre, desde então, 120 novos alunos ingressaram e, desde 2008, outro curso passou a ser oferecido à comunidade, Ciências da Religião, aumentando para 160 esse número. Apesar de não possuir uma sede definitiva, funcionando em colégios de ensino médio da cidade, em quatro anos de funcionamento, em torno de 1.000 alunos ingressaram na instituição pelo vestibular, sendo que 700 deles provenientes das escolas públicas de ensino médio. Em 2009, o USJ está formando suas primeiras turmas de pedagogos, administradores e cientistas contábeis, em torno de 150 profissionais que entram agora no mercado sem dever nada a outros formados nas universidades públicas da capital Florianópolis.

Os levantamentos realizados mostraram que o perfil destes alunos os afastava das possibilidades de ingresso no ensino superior, público e gratuito, que na região era oferecido apenas na capital, Florianópolis, atraindo candidatos de todo o estado e das regiões mais ricas do país. Além de serem – pelo menos os 70% beneficiados com cotas no USJ – provenientes do ensino público, poucos contavam com profissionais formados em universidades entre seus familiares. Apenas 10% possuem pai ou mãe com ensino superior, enquanto 5% são filhos de pais analfabetos. O mais comum, cerca de 30% dos alunos, é serem filhos de pais que possuem ensino fundamental incompleto, que

estudaram apenas o necessário antes de ingressarem muito cedo no mercado de trabalho. Também existem os filhos daqueles que concluíram apenas o ensino médio, cerca de 20%. Mas tanto num caso como no outro, esses pais vivem de empregos mal remunerados, por serem funções consideradas de menor prestígio social, como limpeza, manutenção, segurança, construção civil, atendentes do comércio, entre outras. No geral, 50% dos alunos do USJ são filhos de famílias que possuem rendas não superior a três salários mínimos<sup>9</sup> ou cerca de R\$ 1.200,00.

Não se trata de valorizar menos estas profissões, mas de pensar na perpetuação de situações históricas. Ou seja, vindos de tradições de subemprego e eles mesmos impossibilitados de se prepararem ao vestibular – ou mesmo de concluírem o ensino médio – por trabalharem em jornadas diárias e mal remuneradas, poucos desses estudantes acreditavam na possibilidade de ingressar nas universidades públicas e, a maioria, nem se arriscava nos vestibulares das duas únicas universidades públicas e gratuitas do estado até então, a UFSC e a UDESC. São estudantes que, assim como seus pais, também começaram a trabalhar cedo e não podiam se dar ao luxo de parar de trabalhar para se dedicar ao vestibular. Poucos se animavam a disputar com alunos que se preparam por meses nos cursos pré-vestibulares, pagando mensalidades que podem ultrapassar o valor do salário mínimo<sup>10</sup>.

O USJ pode contribuir um pouco para quebrar esse ciclo que praticamente inibe as chances de mobilidade social de sua juventude. Por mais que os números da inclusão possam ser considerados tímidos – 700 alunos em quatro anos – num universo de 200 mil moradores<sup>11</sup>, a experiência que a implantação das ações afirmativas no USJ tem proporcionado à sua população não pode ser medida numericamente. Uma experiência que acena com a possibilidade de inserir nas comunidades carentes do município a imagem de alunos universitários e pode oferecer essa possibilidade de trajetória e de projeto pessoal para os moradores desses bairros. Escolas localizadas em bairros periféricos que nunca possuíam ex-alunos universitários passaram a festejar a chegada deles a esse seleto grupo de estudantes brasileiros<sup>12</sup>. É neste sentido que estamos falando aqui de ações afirmativas: permitir a entrada no mercado de trabalho de profissionais de alta qualidade, capacitados dentro dos preceitos de cada profissão, mas provenientes dos diferentes segmentos e camadas sociais e representantes da diversidade cultural de um país, rompendo com um sistema quase de “castas” que se perpetuava com o modelo meritocrático de educação superior que vigorou no Brasil, no século XX.

Essa possibilidade também se deu, em grande medida, pela adoção de critérios rígidos na seleção de professores (exigência de mestrado e realização de concurso público), a maioria realizando doutorado ou já doutores (VIEIRA e VIEIRA, 2008:18). Mas é preciso destacar que este ambiente acadêmico tem a capacidade de fazer esse aluno crescer e se transformar e as disciplinas que ele vai estudar na faculdade muitas vezes nada possuem em comum com aquelas que são exigidas num vestibular. Um aluno que nunca consegue entrar numa faculdade por conta dos conteúdos pesados de química, física e matemática – geralmente não contemplados por todas as escolas públicas – entra nestas universidades e pode se tornar um excelente historiador, administrador, jornalista ou mesmo um engenheiro, pois possui chance de recuperar o que faltou em sua formação. Cabe dizer que as experiências com cotas demonstram que o vestibular com certeza não é o sistema mais adequado para avaliar e selecionar quem tem capacidade de se dedicar a uma formação profissional e levar o curso até o fim.

O debate das cotas deveria estimular também uma reflexão sobre o número de profissionais talentosos que poderiam ser formados nas universidades e acabam se afastando delas por conhecerem muito cedo o mercado de trabalho. E o curioso é que, se o aluno desestimulado pela falta de perspectivas futuras tem grandes chances de desistir do ensino médio e se dedicar mais ao trabalho, percebemos quando se trata de educação superior esse desestímulo não surge como motivo para evasão, mesmo entre os alunos que trabalham o dia inteiro e estudam no período da noite – turno de funcionamento do USJ. Estudos realizados pelas universidades<sup>13</sup> cotistas e a experiência do USJ mostram que os alunos que entram pelo sistema possuem mais apego às suas vagas e apresentam índices de aproveitamento equivalentes aos dos alunos oriundos das escolas particulares. Wivian Weller e Marly Silveira, da Universidade de Brasília, acompanham de perto o sistema de cotas da UnB, e garantem:

Após quatro anos de vestibulares consecutivos e duas turmas de formandos, as pesquisas sobre o desempenho e a evasão dos estudantes vêm contrariando as previsões negativas realizadas por aqueles que se posicionaram contrários à política de cotas; mostram um desempenho que pouco os tem diferenciado de outros estudantes. No que diz respeito à evasão (abandono do curso), (...) os dados surpreenderam, pois alunos cotistas da instituição se evadem menos que não cotistas, contrariando previsões dos críticos da reserva de vagas. (...) Os autores [das pesquisas de desempenho] levantam a hipótese de que existe um maior apego e valorização do espaço conquistado por esses estudantes. As dificuldades enfrentadas para ingressar em uma universidade pública de prestígio como a UnB criam um elevado grau de determinação e de motivação para a continuidade dos estudos, mesmo entre aqueles que obtiveram menor desempenho nas disciplinas cursadas. (WELLER e SILVEIRA, 2008:934)

No USJ, da mesma forma, não se verificou diferenças no aproveitamento entre alunos cotistas e não cotistas, pois há que se considerar a existência na instituição de um Projeto Político-Pedagógico, em constante produção, preocupado em oferecer um ensino que desenvolvesse as potencialidades desses alunos, em seminários e pesquisas. Houve também um cuidado para a adoção de práticas de ensino e aprendizagem que destoassem de modelos tradicionais de educação, reconhecidamente repressores, como as aulas expositivas não-dialogadas e as avaliações apenas quantitativas. A realização de trabalhos que estimulem a pesquisa e a reflexão científica tem sido preferida em relação às tradicionais “provas”, exames realizados com periodicidade específica. Por conta disto, foi abolido, já no primeiro semestre da instituição, o período conhecido como “recuperação”, no final de cada semestre, por ter sido compreendido a necessidade de uma avaliação constante dos conteúdos ministrados e a aplicação de trabalho de recuperação ao longo de todo o semestre.

Essa equiparação entre os diferentes grupos de alunos fez com que esta divisão inicial deixe de ser percebida ao longo do curso. O desempenho dos alunos se torna uma decorrência da experiência universitária. As pesquisas realizadas na UnB demonstraram que, ao longo dos anos, os alunos cotistas deixaram de assim ser classificados por não demonstrarem nenhuma diferença prática e real. Segundo Weller e Silveira,

A opção pelo vestibular com cotas não é uma decisão tomada com facilidade pelos estudantes em função da polarização de opiniões sobre essa política tanto entre intelectuais brasileiros quanto nas notícias vinculadas nos principais meios de comunicação. Nas entrevistas realizadas com estudantes oriundas de escolas particulares que prestaram os primeiros vestibulares pelo sistema de cotas, existia o receio de uma possível estigmatização como cotistas e associação de estudantes que “pegaram a vaga de alguém”, ou seja, de um estudante que não pode entrar pelo sistema universal em função da diminuição de vagas nessa modalidade. Passados alguns vestibulares, o receio de um possível questionamento em relação ao “nível” daqueles que ingressam pelas cotas, sobretudo nos cursos de alto prestígio (Medicina, Direito e Engenharias), deixou de ser um motivo de preocupação, uma vez que as notas alcançadas por esses estudantes em pouco se diferenciam daqueles que disputam uma vaga pelo sistema universal. (WELLER e SILVEIRA, 2008:941)

Desta maneira, uma das possibilidades de pensarmos a adoção de ações afirmativas na educação é deixar de imaginar nossas universidades como espaços meritocráticos, em que têm vigência os critérios de igualdade formal (“todos são iguais perante a lei”) para passarmos a concebê-las como espaços de formação de profissionais que representam a diversidade e as desigualdades da cultura e da sociedade brasileiras. O final da escravidão não significou o início da igualdade racial no Brasil (DOMINGUES, 2003:1) e refletir sobre tal fato não implica o início de uma revanche,

mas talvez o reconhecimento de que ideias escravocratas e aristocratas ainda marcam a vida de negros e brancos pobres no Brasil. Reconhecer estas desigualdades, não significa perpetuá-las. Antes, um sistema de cotas pode levar à formação de doutores oriundos de nossas “periferias”, periferia esta que poderá agora construir saberes sobre si mesma e deixará de ser apenas objeto de estudo passivo de doutores “de elite”. Será que é disto que se tem medo?

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Joel Zito. “O negro na dramaturgia, um caso exemplar da decadência do mito da democracia racial Brasileira”. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 16(3): 979-985, set.-dez./2008

BRAGA-PINTO, César. “Os ‘desvios’ de Gilberto Freyre”. *Novos Estudos*, 76:281-288. São Paulo: CEBRAP. Nov. 2006.

DAMATTA, Roberto. “Digressão: A fábula das três raças, ou o problema do racismo à brasileira. In: *Relativizando: uma introdução à Antropologia Social*. Petrópolis: Vozes, 1983. pp.58-85.

DOMINGUES, Sérgio. “Cotas na universidade: sobre racismo enrustido e a exceção no lugar da regra”. *Revista Espaço Acadêmico*. Ano III, n. 26. Jul. 2003. Disponível em [www.espacoacademico.com.br](http://www.espacoacademico.com.br). Capturado em 8 abr. 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. “Contagem da População 2007”. Disponível em [www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007). Capturado em 8 abr. 2009.

LEITE, Ilka Boaventura. “O mito das três raças repaginado”. Acervo do Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas. 20 jun. 2005. Disponível em [www.nuer.ufsc.br/artigos](http://www.nuer.ufsc.br/artigos). Capturado em 8 abr. 2009.

LOBO, Flávio. “Pouca grana, muita gana”. *Carta Capital*. São Paulo 12 abr. 2006. Seu País, 34-35.

MAGGIE, Yvonne. “Pela Igualdade”. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 16(3): 897-912, setembro-dezembro/2008.

ORTIZ, Renato. “Da raça à cultura: a mestiçagem e o nacional”. In: *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985. pp. 36-44.

PIOVESAN, Flávia. “Ações afirmativas no Brasil: desafios e perspectivas”. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 16(3): 887-896, setembro-dezembro/2008.

TRAGTENBERG, Marcelo; BASTOS, João L. D.; PERES, Marco A. “Políticas de Ampliação do acesso com diversidade socioeconômica e étnico-racial da Universidade

Federal de Santa Catarina”. Florianópolis: UFSC, set. 2006. Disponível em [www.acoes-afirmativas.ufsc.br](http://www.acoes-afirmativas.ufsc.br). Capturado em 24 abr. 2009.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO. Laboratório de Políticas Públicas. “Os 10 mitos sobre as cotas”. Disponível em [www.ufmg.br/inclusaosocial/?p=53](http://www.ufmg.br/inclusaosocial/?p=53). Capturado em 8 abr. 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Comissão para ampliação do acesso com diversidade socioeconômica e étnico-racial. “Ampliação do acesso com diversidade socioeconômica e étnico-racial da UFSC: considerações preliminares”. Florianópolis: UFSC, 2006. Disponível em [www.acoes-afirmativas.ufsc.br](http://www.acoes-afirmativas.ufsc.br). Capturado em 24 abr. 2009.

VIEIRA, Telmo P.; VIEIRA, Rose A. R. “Centro Universitário de São José: assim se faz a história!” *USJ em Revista*. São José: Fundesj. Ano IV, n.04, mar. 2008.

WELLER, Wivian; SILVEIRA, Marly. “Ações afirmativas no sistema educacional: trajetórias de jovens negras da Universidade de Brasília”. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 16(3): 931-947, setembro-dezembro/2008.

#### **NOTAS:**

<sup>1</sup> Doutor em Antropologia pela Universidade de Salamanca. Professor da Universidade Federal de Santa Catarina. Foi reitor do USJ de 2005 a 2008. Atualmente é vice-prefeito da cidade de São José.

<sup>2</sup> Doutorando em Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina. Foi professor e assessor de Comunicação e Extensão do USJ de 2005 a 2007.

<sup>3</sup> A lei foi modificada por outra, dois anos depois, estabelecendo um mínimo de 30% e um máximo de 70% para as candidaturas de cada sexo.

<sup>4</sup> Para Freyre, o Brasil era o extremo oposto dos Estados Unidos, de onde voltara recentemente, e havia presenciado cenas de segregacionismo racial, na cidade de Chicago, dividida em bairros raciais e étnicos.

<sup>5</sup> “(...) as qualidades atribuídas à raça branca são aquelas que determinam a racionalidade do espírito capitalista. Ao se retirar do mestiço as qualidades da racionalidade, os intelectuais do século XIX estão negando, naquele momento histórico, as possibilidades de desenvolvimento real do capitalismo no Brasil. Ou melhor, eles têm dúvidas em relação a esse desenvolvimento, pois a identidade forjada é ambígua, reunindo pontos positivos e negativos das raças que se cruzam” (ORTIZ, 1985:39). Ou ainda: “No século XIX, o racismo aparece na sua forma acabada, como um instrumento do imperialismo e como uma justificativa ‘natural’ para a supremacia dos povos da Europa Ocidental sobre o resto do mundo. Foi esse tipo de ‘racismo’ que a elite intelectual brasileira bebeu sofregamente, tomando-o como doutrina explicativa acabada para a realidade que existia no país” (DAMATTA, 1983:70).

<sup>6</sup> Uma rede de rádios concebida nos moldes da atual Rede Globo de Televisão, para integrar o vasto território nacional.

<sup>7</sup> As escolas técnicas (CEFETs) e as agrícolas, assim como os colégios de aplicação, geralmente ligados à estrutura das universidades federais, parecem ser as exceções.

<sup>8</sup> “A UFSC também tem como influir na sociedade, no sentido de promover maior igualdade de renda e racial, ao promover a formação de profissionais oriundos dos grupos de menor renda e dos grupos étnico-raciais historicamente discriminados. À guisa de exemplo, no censo de 2000, registrou-se baixíssimos percentuais de negros nas profissões de dentistas (0,5%), médicos (2,9%), engenheiros (1,7%) e advogados (1,5%)” (UFSC, 2006:4).

<sup>9</sup> O salário mínimo brasileiro, em 2009, equivale a R\$ 465,00 ou €\$ 160,00.

<sup>10</sup> Os cursos pré-vestibulares podem cobrar de meio a dois salários mínimos para preparar um aluno, mesmo valor médio das mensalidades das universidades particulares do Estado.

<sup>11</sup> São José é a quarta cidade catarinense em número de habitantes, atrás de Joinville (490.000 hab.), Florianópolis (400.000 hab.) e Blumenau (290.000 hab.), conforme números da Contagem da População de 2007, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2009).

---

<sup>12</sup> Apesar do aumento na oferta de vagas nas universidades, nos últimos anos, os índices ainda são negativos: “Apenas 11% dos brancos entre 18 e 25 anos ingressam na universidade, um absurdo para a 10ª economia do planeta. Mas um absurdo suave diante do fato de que na população negra esse índice cai para 2%” (DOMINGUES, 2003:1).

<sup>13</sup> O caso verificado na Unicamp, instituição mantida pelo estado de São Paulo, foi ainda mais surpreendente: “Em 2003, a Universidade de Campinas, uma das mais importantes do País, instituiu uma comissão para avaliar o desempenho de várias turmas de alunos. Descobriu-se que os egressos de escolas públicas, menos de 30% do corpo discente da Unicamp à época, apesar de enfrentarem maiores dificuldades materiais ao longo da permanência na universidade, tinham médias 5% superiores aos demais” (LOBO, 2006:34).